

REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRIAGEM NEONATAL – PNTN

Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados

Audiência Pública – Câmara dos Deputados – 22/05/2024



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



PROGRAMA NACIONAL DE TRIAGEM NEONATAL

PNTN – Portaria 822/2001 – 06 de junho – Programa exitoso que universalizou o processo da Triagem no Brasil buscando princípios de equidade, universalidade e integralidade que devem pautar as ações de saúde.

“DIA NACIONAL DO TESTE DO PEZINHO”

Fases de Implantação – todos os Estados foram habilitados pelo menos na Fase I, mas a totalidade dos estados só foi alcançada em 2006. A implementação da fase IV foi finalizada em 2020.

Art. 1º Instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Triagem Neonatal / PNTN.

§ 1º O Programa ora instituído deve ser executado de forma articulada pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e municípios e tem por objetivo o desenvolvimento de ações de triagem neonatal em fase pré-sintomática, acompanhamento e tratamento das doenças congênitas detectadas inseridas no Programa em todos os nascidos-vivos, promovendo o acesso, o incremento da qualidade e da capacidade instalada dos laboratórios especializados e serviços de atendimento, bem como organizar e regular o conjunto destas ações de saúde;

§ 2º O Programa Nacional de Triagem Neonatal se ocupará da triagem com detecção dos casos suspeitos, confirmação diagnóstica, acompanhamento e tratamento dos casos identificados nas seguintes doenças congênitas, de acordo com a respectiva Fase de Implantação do Programa.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



ESCLARECIMENTOS SOBRE A JUSTIFICAÇÃO

- ✓ Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021, que alterou o Estatuto da Criança e do adolescente;

Parceria – Estados, DF e Municípios pactuação de cada Etapa- I a V (doenças a serem incorporadas com demandas específicas).

- ✓ Sobre Doenças Raras de origem genética e Triagem Neonatal:

- Doenças geneticamente determinadas COM critérios para triagem biológica – percentual pequeno;
- Triagem Neonatal Biológica pode incluir doenças não genéticas e não classificadas como raras exemplos: Hipotireoidismo Congênito e Toxoplasmose e Doença Falciforme(incidência variável).
- Diagnóstico tardio de doenças raras de origem genética – falta de encaminhamento correto aos geneticistas clínicos no SUS (Itinerário) – Política de Doenças Raras que é uma política ambulatorial de atenção as pessoas com doenças raras (genéticas e não genéticas) – habilitação pelos Estados.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



PROGRAMA NACIONAL DE TRIAGEM NEONATAL

Reestruturação

OBJETIVOS:

- **Reestruturar o PNTN** a fim de reorganizar, qualificar e ampliar o acesso à triagem neonatal com coleta e acesso aos resultados em tempo hábil, pactuando com estados, DF e municípios.
- Promover o **diagnóstico em tempo oportuno** de doenças de manifestações tardias, porém, assintomáticas no período neonatal, com impacto na saúde e no desenvolvimento da criança;
- Promover o acesso à **atenção integral na rede SUS**, por meio do conjunto de ações de saúde multicêntricas e multiprofissional, envolvidas no acompanhamento e tratamento das doenças do escopo do programa.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



TRIAGEM NEONATAL CENÁRIO

Principais problemas identificados no período 2017 - 2022:

- **Paralisações do rastreamento neonatal** por problemas de contratação laboratorial; compra/entrega de insumos;
- **Dificuldades na implantação** da ampliação da triagem neonatal - Toxoplasmose ainda apenas 17 Estados e DF – com envio para Teto MAC dos estados desde 2021;
- **Defasagem dos valores de procedimentos** relacionados à triagem neonatal;
- **Indicadores de processo** (tempos entre coleta - chegada da amostra no Laboratório - liberação do resultado e data da primeira consulta) - **bem abaixo do esperado** para alguns Estados da Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Fonte: Relatório anual de dados do PNTN; monitoramento aos estados do PNTN



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



REVISÃO DA PORTARIA Nº 822/2001 e AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES

- **Inclusão do PNTN na Rede de Atenção à Saúde (RAS)** – organização da rede e dos fluxos:
 - **APS** – coleta em tempo oportuno (48h – 5º dia do RN); pontos de coleta; busca ativa; registro
 - **Atenção Especializada** – SRTN; Laboratório Especializado em TN.
- **Atualização das competências dos entes federados** de acordo com as **Políticas de Atenção Primária e Atenção Especializada** (PNAES);
- **Regras e descentralização da habilitação** de SRTN e Laboratórios;
- **Monitoramento** do programa a partir dos **indicadores** pactuados;
- **Criação da Rede Nacional de Laboratórios Especializados** em Triagem Neonatal (reorganização e pactuação);
- **Logística** do transporte de amostras do teste do pezinho (parceria com os **CORREIOS**);
- **Incentivo de custeio para os SRTN**;
- **Retaguarda da atenção especializada** para seguimento clínico e reabilitação (Serviço de **Raras e Centros de Reabilitação Especializados - CER**);
- **IMPORTANTE: Habilitações vigentes permanecem ativas.**



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



AÇÕES EM ANDAMENTO NO PNTN

- Formação da **Câmara Técnica de Assessoramento do PNTN** (em trâmite de republicação).
- Participação em grupo técnico do Departamento de Assistência Farmacêutica para **definir medicamento pediátrico para toxoplasmose congênita e outras doenças.**
- **Campanha Nacional**
- **Atualização dos valores de procedimentos** relacionados ao PNTN na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.
- **Inserção da tecnologia de espectrometria de massas** na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.
- **Previstos capacitações para uso da tecnologia de espectrometria de massas** para as novas doenças da triagem neonatal, após inserção na Tabela.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE





triagem neonatal

PROGRAMA NACIONAL



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



OBRIGADA!

SAES Secretaria de
Atenção Especializada à Saúde



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

